



**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**ESTADO DO CEARÁ**

**MENSAGEM DE VETO Nº 04/ 2019, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.**

PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUN. CASCAVEL  
Recebido da Mesa 19/11/2019 Hs.  
PROTOCOLO Nº 351/2019  
Em 28/11/2019  
Funcionário

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Ao cumprimentá-los cordialmente, compareço à presença de Vossas Excelências com o fito de comunicar a essa Augusta Casa Legislativa, nos termos do art. 55, § 1º, c/c o art. 61, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Cascavel, que **decidi vetar**, por vício de iniciativa, o Projeto de Lei Ordinária nº 044/2019, que "Autoriza a Loja Maçônica Deus, Paz e Amor Nº31 a utilizar espaço público para colocação de monumento (Obelisco) e dá outras providências".

O projeto de lei sob exame concede/permite o uso de espaço público municipal, por tempo indeterminado, à instituição privada, visando a colocação do símbolo que a representa (Obelisco). Vejamos o teor dos dispositivos constantes no aludido projeto de lei:

"Art. 1º - Fica autorizada a Loja Maçônica Paz e Amor Nº31 a utilizar espaço público, por prazo indeterminado, para colocação de obelisco comemorativo da referida instituição.

Art. 2º - O local objeto da autorização constitui-se no espaço referente ao Trevo CE 040, que fica no início da avenida Chanceler Edson Queiroz ao triângulo na entrada de cidade de Cascavel-CE".

Ocorre que o pretense projeto de lei possui vício de iniciativa, porquanto a cessão de espaço público é matéria exclusiva afeta ao Poder Executivo Municipal.

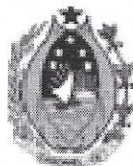
**Razões do veto**

O Projeto de Lei nº 044/2019 teve iniciativa do Senhor Vereador Francisco Alberto da Silva Neto, no qual visou a concessão/permissão de espaço público à instituição privada, visando a colocação do símbolo que a representa.

Depreende-se com a análise do inteiro teor do texto normativo em questão que a matéria "uso dos espaços públicos" é assunto de interesse local que, consoante o disposto no art. 30, I e II, da Constituição Federal, e art. 12, I, da Lei Orgânica do Município, encontra-se inserida na competência legislativa do Município.

Não obstante o respeito que o Poder Executivo possui em relação à instituição da Loja Maçônica, a norma municipal sob análise padece de vício de iniciativa.





## MUNICÍPIO DE CASCAVEL ESTADO DO CEARÁ



A utilização de bens de uso comum do povo ou de uso especial, por pressupor primordial atendimento ao interesse público, carece de autorização em lei e deve ser formalizada por meio de instrumentos, denominados de autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, cessão de uso e concessão de direito real de uso, que se sujeitam ao regime jurídico de direito público.

O art. 10, da Lei Orgânica do Município de Cascavel, prevê a possibilidade de terceiros utilizarem os espaços públicos, mediante concessão ou permissão de uso dos bens municipais:

“Art. 10º - O uso dos bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão ou permissão, dentro do município, com prévia avaliação e autorização legislativa”.

Por sua vez, o art. 7º, da Lei Orgânica do Município de Cascavel, estabelece que a administração dos bens municipais é de competência do Poder Executivo:

“Art. 7º - Cabe ao Chefe do Poder Executivo a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços”.

Verifica-se que o uso dos bens municipais é matéria de iniciativa afeta ao Poder Executivo Municipal, com avaliação e autorização legislativa, ou seja, a iniciativa do ato normativo é do Chefe do Poder Executivo, após o aval do Poder Legislativo. No presente caso, a iniciativa está invertida, o que gera vício formal do projeto de lei sob análise.

Sobre o assunto, colhe-se a lição de Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>:

“Cabe ao prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência do presidente da Câmara quanto aos utilizados nos serviços da Edilidade, mas, mesmo no que toca a estes bens, somente os atos de uso e conservação é que competem ao presidente, visto que os de alienação e aquisição devem ser realizados pelo Executivo, como representante do Município”.

Destarte, o Projeto de Lei sob exame fere a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, previsto no art. 50, “b”, e art. 61, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Cascavel-CE, que assim dispõe:

Art. 50º – São de **iniciativa privativa** do Prefeito as leis que disponham sobre:

<sup>1</sup> Direito Municipal Brasileiro, Malheiros Editores, 18ª edição, 2017, pág. 250







**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**ESTADO DO CEARÁ**



b) **normas gerais de administração** e regime jurídico dos servidores municipais;

Art. 61º – Compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo:  
(...)

VIII – dispor sobre a **organização** e o funcionamento **da administração** na forma da lei;

A organização administrativa, ora indicada no inciso VIII do art. 61, da Lei Orgânica do Município, segundo José dos Santos Carvalho Filho, deve ser entendida aquela que “(...) *resulta de um conjunto de normas jurídicas que regem a competência, as relações hierárquicas, a situação jurídica, as formas de atuação e o controle dos órgãos e pessoas, no exercício da função administrativa.*”

Por fim, verifica-se a concessão/permissão do uso ventilada no projeto de lei sob exame caracteriza “doação definitiva de espaço público”, porquanto estabelece “prazo indeterminado” à concessão/permissão pretendida, ato de exclusiva competência do Poder Executivo.

Diante do exposto, o Poder Executivo **VETA** o Projeto de Lei Nº 044/2019, pela inviabilidade do projeto, porquanto padece de vício formal de iniciativa, com base no art. 7º, art. 10, art. 50, “b”, e art. 61, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Cascavel-CE.

Na certeza de estar fazendo o melhor para a municipalidade, renovo protestos de apreço e elevada estima a Vossa Excelência e seus dignos pares.

PAÇO MUNICIPAL DE CASCAVEL-CE, em 27 de novembro de 2019.

  
**TIAGO LUTIANI OLIVEIRA RIBEIRO**  
**Prefeito Municipal de Cascavel**

<sup>2</sup> Manual de Direito Administrativo. Ed. Atlas 2012. p. 447

